



Fazendários em Pauta

Informativo do Sindicato dos Fazendários
do Município do Recife nº 11 - novembro/2025

Reforma Administrativa: modernização ou precarização do serviço público?

A PEC da Reforma Administrativa (38/2025) começou a tramitar na Câmara dos Deputados

3

Agende dia 28/11
para votar nas
eleições do Afrem

2

Cinco pontos
da Reforma
Administrativa

4

Oito entidades nacionais
do Fisco repudiam a
Reforma Administrativa

5

Auditores do Recife
repercutem 36º
Congresso da Fenafim

6

Eleição do Sindicato dos Fazendários do Recife será no dia 28 de novembro

As eleições para renovação do Conselho Executivo e do Conselho Fiscal do Sindicato dos Fazendários do Recife, além dos membros representantes da entidade na Fenafim, serão realizadas no dia 28 de novembro. Mais uma vez a categoria formalizou a composição de chapa única para o Biênio 2026/27, tendo o presidente Fábio Macêdo à frente da presidência da instituição.

No dia 4/9, o Sindicato dos Fazendários do Recife (Afrem Sindical) realizou assembleia-geral para definir a Comissão Eleitoral. Foram eleitos Fabiana Cortizo Regueira, Maria Betânia Rosas do Nascimento e Karla Barradas da Fonte, como presidente, vice-presidente e secretária, respectivamente.



Chapa que concorre ao Biênio 2026/27:

01

Presidente:
Fábio Henrique de Sousa Macêdo

02

Secretário Geral:
João Antônio Victor de Araújo

03

Diretor Administrativo Financeiro:
Luiz Ferreira da Costa Filho

04

Diretor de Assuntos Sindicais:
Manfredo de Andrade Sarda JR

05

Diretor Social:
José Anchieta Tavares Belém

06

Diretor de Aposentados:
Antônio Gomes de Lima

07

1º Suplente:
Hélio Max de Carvalho Figueiredo

08

2º Suplente:
Filipe de Pinho Alves B. Campelo

Conselho Fiscal:

- **Luiz Marcos Rosas do Nascimento;**
- **Antônio Tiburtino Costa Junior;**
- **Edcarlos Gomes de Souza.**

EXPEDIENTE

Fazendários em Pauta

Sindicato dos Fazendários do Município do Recife - **Afrem Sindical**
Edição: **novembro/2025**

- 📍 Rua Professor Andrade Bezerra, 64, Parnamirim, Recife-PE, CEP: 52.060-270
- 📞 Fones: 3441-6044 / 99756-0826

- 🌐 www.afremsindical.org.br
- ✉ afremsindical@afremsindical.org.br
- 📷 @afremsindical

Diretoria Executiva Biênio: 2024/2025

Presidente: **Fábio Macêdo**
Secretário-geral: **João Victor**
Dir. de Assuntos Sindicais: **Manfredo Sarda**
Dir. Social: **Antônio Gomes**

Diretor de Aposentados: **José Anchieta**
Dir. Administrativo-Financeiro: **Luiz Ferreira**
Suplente: **Hélio Max**

Jornalista responsável e edição: **Andréa Pessoa**
e-mail: andrea.pessoa14@gmail.com
Projeto gráfico e diagramação: **Alexandre Oliveira**
e-mail: alexandre@afrem.org.br

Reforma Administrativa: modernização ou precarização do serviço público?

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 38/2025, mais conhecida como Reforma Administrativa, começou a tramitar na Câmara dos Deputados. O documento diz que vai alterar as normas da Administração Pública brasileira para “aperfeiçoar a governança e a gestão pública, promover a transformação digital, impulsionar a profissionalização e extinguir privilégios no serviço público”.

No entanto, entidades da área sindical e um número ainda indefinido de deputados federais resistem à Reforma Administrativa e questionam seus impactos na estabilidade dos servidores, na autonomia dos poderes e na qualidade dos serviços essenciais.

A PEC, sob a relatoria do deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), foi protocolada no dia 24 de outubro. Na prática, o texto propõe mudanças profundas no regime jurídico dos servidores públicos, criando outros vínculos contratuais e flexibilizando regras de ingresso e avaliação de desempenho. A matéria é dividida em quatro eixos temáticos: 1 - estratégia, governança e gestão; 2 - transformação digital; 3 - profissionalização; e 4 - extinção de privilégios.

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), maior defensor da Reforma, argumenta que o projeto irá

“modernizar o Estado”. Entidades sindicais e parlamentares que se opõem ao projeto alertam para um possível “desmonte” do funcionalismo, com prejuízos aos cidadãos.

Na opinião de Fábio Macêdo, que acumula as presidências do Afrem Sindical, da Fenafim e da Anafisco, a PEC é altamente prejudicial. “A Reforma Administrativa tem vários tópicos prejudiciais ao serviço público, como a avaliação por critérios subjetivos e possibilidade de demissão. Isto fragiliza a estabilidade do servidor público. Fere também a autonomia dos estados e municípios ao exigir um padrão único de remuneração dos servidores. Além disso, o projeto reivindica planejamento estratégico de acordo com resultados; teto de prefeitos e vereadores, número de secretarias, entre outros dispositivos”.

O texto deverá ser despachado pelo presidente Hugo Motta à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), que terá cinco sessões para posicionar-se sobre a constitucionalidade da proposta. Em menos de 15 dias, a PEC já teve várias desistências de assinatura, embora isso não interfira no rito de tramitação do projeto. Vinte deputados apresentaram requerimentos pedindo a retirada das assinaturas. O recuo já é resultado da pressão de sindicatos e servidores.



Cinco pontos polêmicos da Reforma Administrativa

Fim da estabilidade ampla	Poder excessivo ao Executivo	Impactos fiscais incertos	Avaliação e concursos	Direitos dos atuais servidores e transição
A proposta apresenta o fim da estabilidade automática para a maioria dos servidores, mantendo-a apenas para cargos típicos de Estado, como juízes, promotores e auditores fiscais. A PEC introduz cinco tipos de vínculos: cargo por prazo indeterminado, temporário, de experiência, de liderança e assessoramento. Entidades sindicais temem que essa flexibilização possa fragilizar o serviço público e abrir espaço para perseguições políticas.	Um dos pontos mais criticados é a ampliação das atribuições do Executivo para criar, extinguir ou fundir cargos e órgãos sem a necessidade de aprovação do Congresso. Entidades sindicais alertam que essa medida pode desequilibrar a relação entre os Poderes e facilitar interferências políticas na estrutura administrativa.	Entidades cobram dados concretos sobre os efeitos econômicos da Reforma Administrativa. Elas questionam se a Reforma Administrativa realmente reduzirá custos ou se, ao contrário, precarizará serviços essenciais como saúde e educação. A falta de transparência nos cálculos fiscais é um dos principais pontos de discussão.	A introdução de avaliações periódicas de desempenho dos servidores, que podem levar à demissão por baixo rendimento, é outro tema polêmico. Críticos veem risco de perseguição política. A flexibilização dos concursos públicos também é vista com desconfiança pelas entidades sindicais. Temem que abram espaço para indicações políticas.	Embora a PEC preserve direitos adquiridos para os servidores atuais, há previsão de impactos indiretos em progressões e benefícios. Entidades solicitam clareza sobre concursos em andamento e carreiras híbridas. A transição entre os regimes antigo e novo é vista como delicada, exigindo garantias legais explícitas para evitar judicialização e desmotivação dos servidores.



Oito entidades nacionais do Fisco repudiam a Reforma Administrativa



A Reforma Administrativa, apresentada pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) na Câmara Federal, foi repudiada por oito entidades que representam o conjunto dos auditores fiscais de tributos do país. De forma conjunta, as instituições emitiram uma nota pública contra a PEC 38/25.

O documento explica que há um objetivo claro de privatizar serviços públicos. “Sob falsos argumentos de maior profissionalização, meritocracia e extinção de privilégios, a proposta pretende, na verdade, privatizar os serviços públicos, precarizar o vínculo do servidor com o cidadão – que é o real destinatário das políticas públicas –, eliminar direitos e atacar a autonomia federativa de estados, municípios e do Distrito Federal”.

O texto do projeto, segundo a nota, não considera as exigências postas pela realidade do país. “A proposta reduz a presença do Estado em um momento em que a sociedade, na verdade, precisa de um Estado mais forte. Um Estado capaz de garantir serviços essenciais de saúde, educação, segurança (inclusive alimentar), pesquisa em ciência e tecnologia e, como a própria Constituição define como essenciais ao funcionamento do Estado, as atividades da Administração Tributária”, explica a nota.

As entidades enfatizaram que chama atenção, no texto proposto, as referências ao trabalho dos auditores fiscais, citados como exemplo de carreira que poderia ser suprida por contratações temporárias. “Trata-se de evidente desconexão com os fundamentos e a estrutura dos novos tributos sobre o consumo, conforme dispõe a Emenda 132”.

Confira as entidades que assinaram a nota de repúdio contra a Reforma Administrativa

- 1 Federação Nacional dos Auditores e dos Fiscais de Tributos Municipais (**Fenafim**);
- 2 Associação Nacional dos Auditores Fiscais de Tributos dos Municípios e Distrito Federal (**Anafisco**);
- 3 Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (**Sindifisco Nacional**);
- 4 Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (**Unafisco Nacional**);

- 5 Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (**Anfip**);
- 6 Associação Nacional de Fiscais de Tributos Estaduais (**Febrafite**);
- 7 Federação Nacional dos Auditores Fiscais das Administrações Tributárias Federal, Estaduais e Distrital (**Fenat**);
- 8 Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (**Fenafisco**).

Audidores do Recife repercutem 36º Congresso da Fenafim

Audidores de todo o país reuniram-se em São Paulo no 36º Congresso Nacional da Federação Nacional dos Auditores e dos Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim) e no 13º Seminário Nacional de Gestão Fiscal Municipal (Senam).

O evento foi realizado pela Associação dos Auditores Fiscais Tributários do Município de São Paulo (Aafit/SP), de 12 a 14 de novembro.

Com o tema “Reforma Tributária e os desafios para as Administrações Tributárias”, o evento foi realizado no Novotel Center Norte.

Os organizadores informaram que o congresso reuniu os mais destacados especialistas e líderes das áreas de Tributação, Orçamento e Gasto Público. Participam palestrantes internacionais, trazendo perspectivas globais e experiências de outros países.

Para o Secretário Executivo de Tributação, João Marcelo Duarte Araújo, a experiência do congresso foi muito positiva. “Eventos como o Congresso da Fenafim e o Senam são fundamentais para acompanhar o que vem sendo construído no país, entender os caminhos da Reforma Tributária e refletir sobre como os municípios podem se adaptar. Foi uma experiência enriquecedora, com debates relevantes que ajudam a orientar esse momento de transformação”.



Manfredo Sarda explicou que participar do Congresso da Fenafim e do Senam foi uma oportunidade valiosa. “Acompanhar de perto as discussões sobre a Reforma Tributária e entender como os municípios estão se preparando para esse novo cenário. Considero um evento muito produtivo, que trouxe reflexões importantes e contribuições relevantes para esse momento de mudança”.

Na opinião de Lucas dos Santos Guimarães, o Congresso da Fenafim deixou claro que, apesar da diversidade de realidades, a incerteza sobre vários pontos da Reforma Tributária é unânime entre os representantes dos entes federados. “O que mais me chamou atenção foi ver que todos compartilham os mesmos desafios e que a implementação vai exigir muito esforço técnico, coordenação e adaptação. Para mim, que atuo diretamente na integração de tecnologia, automação e inteligência de dados na fiscalização municipal, o congresso trouxe vários insights para futuros projetos”.

Guimarães acrescentou: “Com o grande volume de dados que o ambiente nacional de notas fiscais vai concentrar, vejo espaço para criar soluções que cruzem informações de forma automatizada, identifiquem inconsistências e reduzam perdas com o rápido envio de autorregularizações aos contribuintes”.

Confraternização Natalina do Afrem Sindical

12/12 - 16h30

🎅 Di Branco Buffet e Recepções
Rua do Apolo, 199- Recife Antigo

🎅 Solicitamos a confirmação de presença, no máximo, até o dia 28/11 no
WhatsApp (81)99756-0826 ou por e-mail: afremsindical@afremsindical.org.br

🎅 Cada associado tem direito a levar 01 acompanhante. Senha extra R\$ 250,00

